

INTRODUÇÃO

1. OBJECTO DE ESTUDO

O presente estudo, adaptado a partir da dissertação de doutoramento em História¹ apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem como tema fundamental a Região Demarcada do Douro entre a Regeneração e os inícios do Estado Novo, considerado por Jaime Reis como o período crucial para o desenvolvimento nacional², procurando contribuir para o conhecimento da história portuguesa através da análise de um sector-chave da economia nacional.

Um dos principais objectivos consiste em compreender os mecanismos de passagem das modalidades proteccionistas de intervenção do Estado para o regime liberal na economia da região do Douro. Pretende-se determinar até que ponto o Estado adoptou uma política livre-cambista para o sector vitivinícola duriense, quais as modalidades de intervenção, ou desintervenção, do Estado. Partindo desta linha temática, procura-se caracterizar a evolução económica, social e institucional da região duriense no período considerado, bem como o grau de conflitualidade suscitado com as outras regiões vitícolas portuguesas e outros agentes económicos. Tem-se ainda em vista caracterizar a relação entre a produção e o comércio, bem como as estratégias de afirmação da primeira face ao segundo e ao poder central.

A temática referida é desenvolvida em três capítulos, cada um dos quais procura obedecer a uma matriz semelhante: caracterizar a situação regional, a conjuntura comercial, a situação institucional, o jogo de interesses em confronto, o debate regional, inter-regional e sectorial, a acção do Estado. Nos capítulos centrais da dissertação, optou-se por uma descrição mais detalhada dos factos ocorridos, no sentido de melhor contextualizar os problemas de partida e validar as conclusões apresentadas.

O capítulo I, partindo dos estudos realizados por historiadores da economia³, debruça-se sobre a transição do regime económico proteccionista para o regime liberal. Embora se verifique a existência de ampla bibliografia versando esta temática, nota-se a ausência de estudos especificamente centrados no vinho do Porto e na Região Duriense, fazendo com que o período em análise neste capítulo (1852-1865) seja, presentemente, um dos menos conhecidos da história do Douro.

Começando por contextualizar a tradição de intervenção do Estado no sector do vinho do Porto entre o Pombalismo e a Regeneração, efectuamos a caracterização sócio-

¹ Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – POCI 2010 – Formação avançada para a Ciência.

² Cf. REIS, Jaime – *O atraso económico português, 1850-1930*. Lisboa: INCM, 1995, p. 9-32.

³ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*. 2.ª edição. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983; JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Vega, 1989, 2 volumes; REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa: INCM, 1993; LAINS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Lisboa: INCM, 1995; CABRAL, Manuel Villaverde – *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3.ª edição revista. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

-institucional e económica da Região Demarcada do Douro no período entre 1852 e 1865, para nos centrarmos nos debates entre proteccionistas e livre-cambistas em torno da questão vinhateira, que percorreram a sociedade duriense e nacional, desde os Governos aos grupos políticos representados no Parlamento e aos grupos de interesses económicos. O objectivo principal é perceber os jogos de forças políticas e económicas em presença e as razões do colapso do protecționismo, até à imposição do modelo livre-cambista. Embora fizesse parte do projecto inicial, não se pôde proceder ao estudo da acção da Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio das Vinhas do Alto Douro uma vez que não se conseguiu apurar o paradeiro do respectivo arquivo, nem a imprensa da época forneceu suficientes dados.

No capítulo II procura-se avaliar as consequências da legislação liberal, face à forte tradição reguladora do Estado sobre a região e tendo em conta a ocorrência de outros factores de transformação (doenças da videira, alastrar do vinhedo a outras regiões do país, introdução de novidades técnicas, desenvolvimento dos meios de circulação, etc.). De entre estes é de salientar a crise agrícola e comercial do último quartel do século XIX, motivada pelas doenças da videira, pelo encerramento do mercado francês e pelo desenvolvimento de fraudes e falsificações internas favorecidas pela legislação de 1865. Perante esta alteração de cenário económico e cultural, assistiu-se ao emergir de reivindicações pelo regresso a um regime protecționista para a Região Demarcada do Douro, em choque com interesses de outros grupos sócio-económicos, particularmente a viticultura do Sul e os grupos ligados aos interesses cerealíferos, mais próximos do poder central e exercendo forte pressão sobre o Estado.

Partindo da caracterização sócio-institucional da Região Demarcada do Douro, analisaremos a procura de soluções regionais para os problemas vinhateiros face à nova legislação liberal; dando especial relevância às estruturas institucionais que configuram formas de associativismo, procuraremos salientar o seu peso e importância das suas acções como mecanismo de afirmação, defesa e representação regional, em oposição às demais regiões vitícolas nacionais e ao sector comercial. Serão alvo de cuidada análise as reivindicações regionais de intervenção do Estado, expressas em diversas questões que se desenvolvem a partir do terceiro quartel do século XIX e se mantêm durante várias décadas, suscitando agitação política e social: defesa da marca e denominação de origem, restauração da demarcação, criação de um entreposto, questão do álcool e das fraudes, questão do tabaco. Neste âmbito, voltamos à questão central da dissertação: a acção do Estado face à crise do sector e às reivindicações regionais, isto é, até que ponto e em que moldes, mesmo em tempos de liberalismo, o Estado interveio no sector e qual o grau de influência das elites durienses na acção governamental.

No capítulo III, procuraremos compreender o regresso às modalidades proteccionistas de intervenção do Estado na economia da região do Douro. Partindo do debate sobre a questão vitícola entre livre-cambistas e proteccionistas, analisaremos a acção do

Governo, através dos diversos projectos governamentais de inícios do século XX, onde se patenteou, por um lado, a importância que o vinho do Porto continuava a ter na economia nacional e, por outro, de forma clara, o conflito sectorial e regional e a preponderância do sector exportador e das outras regiões vitícolas sobre o Governo, visível nos debates então travados no Parlamento.

Através da análise do movimento duriense em defesa da marca regional continuaremos a tentar aferir o grau de organização e influência das redes de clientelas regionais nas decisões tomadas pelo poder central, que possibilitaram o regresso a um regime proteccionista, com a legislação de João Franco. Continuaremos o esforço de caracterização das relações entre produção e comércio, entre Douro e Sul, da liderança das movimentações regionais, de carácter institucional e popular, a propósito da marca *Porto* e *Douro*, com particular enfoque em 1914-1915, 1921, 1926-1928 (no âmbito do Entrepósito de Gaia) ou a propósito da tentativa de criação de novas marcas de vinhos generosos pelos vinhateiros do Sul.

Procuraremos igualmente caracterizar as relações das elites regionais com o poder e os partidos, particularmente durante o processo que conduziria a um novo figurino institucional, com a criação da «Casa do Douro». Analisaremos as diversas acções organizadas pelas elites regionais com vista ao aperfeiçoamento da legislação e defesa da marca *Porto*, no contexto internacional e nacional, centrando-nos na acção do *movimento dos paladinos do Douro*; conferindo um carácter mais permanente e organizado às movimentações regionais, viria a ter importância capital na reorganização regional e institucional operada no primeiro terço do século XX, com destaque para o desenvolvimento de um novo tipo de associativismo regional – os sindicatos agrícolas – e a criação da «Casa do Douro», em 1932. Importa avaliar qual o papel das elites regionais no novo figurino institucional, qual a influência exercida sobre a nova realidade, as acções desenvolvidas, a nível local e nacional, bem como a postura assumida pelo poder central em todo o processo e quais as consequências daí decorrentes.

2. FONTES DE INFORMAÇÃO

Para alcançar os objectivos propostos, socorremo-nos do cruzamento de diversas fontes documentais manuscritas e impressas, pesquisadas em diferentes arquivos públicos e privados. De toda as fontes consultadas foram elaboradas bases de dados informáticas.

A análise dos debates sobre a questão vinhateira teve como base principal a pesquisa efectuada nos Diários da Câmara dos Deputados e dos Pares, tendo incidido em certos períodos-chave, em que as discussões parlamentares produziram frutos: 1860-1865, 1885-1893, 1902-1908. Os referidos Diários estão acessíveis por via electrónica, embora com alguns hiatos, o que facilitou bastante a consulta; para os anos em falta por via electrónica e não existentes na Biblioteca Municipal do Porto ou na Biblioteca Nacional, socorremo-nos do «Diário de Lisboa» e da imprensa da época. Os «Diários» revelaram-se fundamentais no processo de caracterização dos diversos grupos de interesse em confronto, das dicotomias entre as diversas regiões vitícolas e ainda dos diferendos entre o Douro e o sector exportador. Mas mostraram-se igualmente essenciais para a apreensão das estratégias de afirmação das elites regionais bem como das relações estabelecidas com os órgãos do poder. Por isso, consultámos também os Diários da Câmara dos Deputados e dos Senadores para certos momentos capitais como, por exemplo, os anos de 1912, 1914, 1919 ou 1921, anos de agitação no Douro e em que a questão vinhateira foi novamente alvo de atenção no Parlamento.

Uma outra fonte de informação privilegiada foi a imprensa periódica. Também aqui tivemos de contornar os hiatos cronológicos, particularmente a propósito da imprensa regional, através do cruzamento com jornais de âmbito nacional. A imprensa periódica assumiu, ao longo de todo o processo de investigação, um papel basilar na reconstituição dos factos e no conhecimento das diversas posições face às questões em foco. Na imprensa regional, procurámos consultar periódicos editados nas principais localidades da Região, com especial destaque para «O Douro», «A Voz do Douro», «A Defesa do Douro» e «A Região Duriense» (Régua), «O Eco da Beira e Douro», «O Lamecense», «Gazeta do Norte» e «O Progresso» (Lamego), «O Vilarealense» (Vila Real), «O Eco do Douro» (Alijó), «Gazeta de Tabuaço» e «O Taboacense» (Tabuaço), «Ecos de Mesão Frio» (Mesão Frio), «Ecos de Foz Côa» (Vila Nova de Foz Côa) e «Gazeta de Armamar» (Armamar). De entre os jornais de âmbito nacional assumiram especial importância «O Nacional», «O Comércio do Porto», «O Eco Popular», «O Periódico dos Pobres no Porto» e «A Pátria», que se veio a constituir como órgão defensor da Região, embora fosse publicado em Lisboa, em virtude do seu director ser Nuno Simões, antigo Governador Civil de Vila Real e estreitamente ligado aos movimentos regionais.

De consulta obrigatória viriam também a revelar-se os periódicos especializados em assuntos vitícolas ou editados por associações do sector, de modo particular o «Boletim de Ampelografia e Enologia», «Boletim da Liga dos Lavradores do Douro», «Douro Agrícola»,

«Jornal de Horticultura Prática», «Arquivo Rural», «Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa» e «A Vinha Portuguesa».

O Arquivo Histórico da Associação Comercial do Porto revelou-se de importância basilar para conhecer as posições do comércio exportador na questão vinhateira e caracterizar as relações com a produção e com o poder central.

De grande importância no processo de análise e estudo das elites regionais ao longo de todo o período em estudo, viria a revelar-se o arquivo particular de Torcato Luís de Magalhães e o Arquivo Municipal de Alijó, permitindo reconstituir, detalhadamente, o movimento de defesa da marca *Porto* bem como o *movimento dos paladinos do Douro*. Neste âmbito, foi também importante o contributo dado pelo Arquivo do Ministério da Agricultura, incorporado na Torre do Tombo, fornecendo informação útil relativamente aos sindicatos agrícolas da Região e à questão do Entreposto.

O Arquivo da Casa do Douro, nomeadamente o fundo da Comissão de Viticultura da Região Duriense, a que só tivemos acesso numa fase tardia da investigação, revelou a existência de um manancial importantíssimo de informação, que pretendemos explorar em maior profundidade num futuro próximo.

A finalizar, uma breve referência às condições de investigação. Ao longo deste trabalho beneficiei do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através de uma Bolsa de Doutoramento, bem como da inserção em centros de investigação sediados na Faculdade de Letras do Porto, nomeadamente o GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), entre 1999 e 2007, e o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»), desde 2007. De resto, parte deste trabalho foi elaborada no âmbito do projecto «O Douro Contemporâneo: Sociedade, Economia e Instituições», realizado entre 2004 e 2007, no quadro das actividades do GEHVID, continuando, após essa data, enquadrado no grupo de investigação «Memória, Património & Construção de Identidades», do CITCEM. O apoio dado pelas entidades referidas revelou-se crucial, ao criar as condições necessárias para levar a bom termo o trabalho que agora se apresenta.